



Quando a disciplina encontra a higiene: a presença dos discursos médico-santiários no interior da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nos primeiros anos do século XX

When discipline meets hygiene: the presence of medical-sanitary discourses inside the Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba in the first years of the XX century

Azemar dos Santos Soares Júnior

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0015-415X>
Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC-UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, Brasil, azemarsoares@hotmail.com

Christlaine Thuany Vieira Ferreira

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9219-0371>
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, Brasil, christlayne-thuany@hotmail.com

Luiz Felipe Soares de Lima

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0315-8156>
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, Brasil, felipesoares013@gmail.com

DOI: 10.21680/2596-0113.2023v6n11D32466

Citation: Soares Júnior, A. dos S., Lima, L. F. S. de, & Ferreira, C. T. V. (2023). Quando a disciplina encontra a higiene: a presença dos discursos médico-santiários no interior da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nos primeiros anos do século XX. *History of Education in Latin America - HistELA*, 6(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/32466>

Competing interests: The author have declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Morais de Medeiros Neta

Received: 03/05/2023

Approved: 04/09/2023

OPEN ACCESS

Resumo

Este trabalho busca compreender a incorporação dos discursos higienistas à organização da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba nos primeiros anos do século XX. Sabe-se que tal escola sofreu influência do sanitarismo vigente no país durante o período. Assim, é relevante analisar as orientações médicas para a instalação de prédios escolares no início do século e como estavam presentes nos registros deixados pela unidade. Para isso, adotamos metodologicamente a *análise do discurso* (FOUCAULT, 2014) em diálogo com a categoria *disciplina* (FOUCAULT, 2018), na tentativa de percebermos através das fontes as relações de poder no interior do recinto. Concluiu-se que o comando se apoiava no discurso higiênico para convencer a Marinha de que a escola precisava de mais assistência.

Palavras-chave: Discurso. Higiene. Escola de Aprendizes Marinheiros.

Abstract

This paper seeks to understand the incorporation of hygienist discourses to the organization of the E.A.M. Paraibana in the early years of the XX century. It is known that such school was influenced by the sanitarianism in force in the country during the period. Thus, it is relevant to analyze the medical guidelines for the installation of school buildings in the beginning of the century and how they were present in the records left by the unit. For this, we methodologically adopted the discourse analysis (FOUCAULT, 2014) in dialogue with the category discipline (FOUCAULT, 2018), in an attempt to perceive through the sources the power relations within the enclosure. It was concluded that the command relied on hygienic discourse to convince the Navy that the school needed more assistance.

Keywords: Discourse. Hygiene. Sailor Apprentice School.

Introdução

Este artigo propõe analisar a forma como os discursos médico-higienistas foram incorporados ao modelo de organização material da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, nas primeiras décadas do século XX. Como instituição, tal unidade foi criada no ano de 1871, por meio do Decreto nº 4.680, de 17 de janeiro daquele ano, em parte por reivindicação das elites locais que, temerárias à possibilidade de desordens protagonizadas pelos setores marginalizados da sociedade, passaram a defender a intervenção do Império na província, a fim de que esta assegurasse à população uma educação pautada no labor e correção moral.

Com o intuito de acolher e educar marujos, a partir da juventude menos favorecida, surgiram as chamadas Escolas de Aprendizes Marinheiros. Inicialmente como Companhia, essa configuração sofreu mudanças através do Decreto nº 9.371 de 14 de fevereiro de 1885, que modificou, entre outros pontos, a nomenclatura institucional, oferecendo maior feição de educação comum a uma estrutura preocupada em modelar corpos, por vezes, arredios à civilização. Essa resistência foi vista em todo o país, inclusive na Paraíba. A repugnância com que os populares encaravam a Marinha, somada à falta de incentivos oferecidos pela carreira, foram dois motivos apontados para a falta de matrículas na unidade. Além disso, também houve dificuldades em se obter uma sede própria, fazendo com que a escola ocupasse edifícios alugados (e inadequados) por vários anos.

É importante ressaltar que a rede, bem como a educação em geral, esteve em permanente debate ao longo do tempo. Mas foi no final do oitocentos que passaram a conviver com um intenso movimento pró-higiene pública, encabeçado pelos chamados médicos-sanitaristas, cujo interesse era discutir formas de tornar os espaços limpos e moralizados. A higiene, desse ponto de vista, se preocupava em lutar tanto contra a sujeira dos corpos, quanto dos gestos e da mente. Assim, as Escolas de Aprendizes Marinheiros também foram instrumentalizadas para promover esses princípios, que deveriam estar evidentes desde a concepção arquitetônica de suas instalações.

Com tudo isso, pretendemos compreender as principais recomendações desses médicos para a instalação de edifícios escolares, além de problematizarmos a forma como esses discursos se materializavam nos discursos do comando da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, sobretudo quando propunham à Marinha a substituição da sede que ocupavam. Para atingirmos nosso objetivo, adotamos metodologicamente a *análise do discurso*, formulada por Michel Foucault (2014), cuja intenção é perceber, na produção dos enunciados, as intenções de quem os produziu e as formas de interpretação responsáveis por gestar a escrita de uma história. Dialogamos ainda com o conceito de *disciplina*, também de Foucault (2018), definido como as formas de poder que se exercem sobre os corpos e implicam em sua vigilância constante e perpétua, na tentativa de enxergarmos nas fontes, como os *Livros Copiador de Offício (1904-1907)* e *(1908-1912)*, a relação entre disciplina e higiene no interior da instituição.

Para esterilizar-se corpos e mentes: os discursos médico-sanitários na Paraíba novecentista

Pensando nas principais recomendações dos médicos-sanitaristas para a construção de edifícios escolares, é interessante que, primeiro, façamos uma

retomada breve na trajetória da higiene pública na Paraíba. Segundo Azemar dos Santos Soares Júnior (2019), que se dedicou a pesquisar a medicalização da infância na Paraíba durante a primeira metade do século XX, o projeto médico que buscou combater a insalubridade na região remonta a meados do século XIX, quando o governo provincial criou a chamada *Inspectoria de Hygiene*, na década de 1840. Esse órgão ficou responsável por conduzir a civilização da população através de recomendações que pudessem preservar sua saúde e bem-estar. No entanto, a Inspectoria fracassou à medida em que os recursos para seu funcionamento deixaram de chegar, existindo uma nova tentativa de instalar um serviço de higiene somente cinco décadas depois.

Foi já em 1895, durante o período republicano, que um novo esforço foi conduzido com vistas ao combate e profilaxia de doenças que pudessem acometer os cidadãos. O chamado *Serviço de Hygiene* (1895-1911) foi criado com o interesse de “[...] penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua prática e do que deveria constituir-se como apoio indispensável ao exercício de poder do Estado” (GONDRA, 2011, p. 525), isto é, caberia ao órgão impedir que doenças se espalhassem e interferissem no equilíbrio orgânico e moral da sociedade. Para seus defensores, conforme aponta Soares Júnior (2019, p. 51), a medicina deveria atuar sobre os corpos, revestindo-se de um discurso moderno que pudesse manter os inimigos afastados, ou seja, as doenças e impurezas, ao mesmo tempo que fizesse nascer a preocupação com a prevenção.

Um desses defensores da higiene foi o médico e político atuante na Paraíba Flávio Maroja¹, que frequentemente denunciou a degradação em que se encontrava aquele estado no início do século XX, através de jornais da época, principalmente no veículo *A União*, que foi instrumentalizado pelo estado para ser porta-voz de informações e recomendações oficiais. Para ele, a população parecia indiferente ao perigo que representava o longo tempo em que materiais nauseantes, como lixo e detritos orgânicos, ficavam recolhidos no interior ou nos recantos próximos às casas, fazendo crescer a imundície e fetidão que já tomava conta das ruas dos centros urbanos, notadamente da Cidade da Parahyba. Ao decorrer do tempo, Maroja se somou a outros médicos na defesa da disciplinarização dos espaços, principalmente aqueles cuja capacidade de educar fosse um privilégio útil, a exemplo das escolas.

Assim, diversos sanitaristas lançaram um olhar especial sobre o ambiente escolar, visto que a estratégia de lapidar um modelo educacional higiênico mais geral, apenas publicando recomendações em jornais e revistas locais, vinha falhando. A intenção a partir daí foi “[...] educar a infância por meio de um programa médico-pedagógico” (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 57), defendendo que os corpos precisavam ser saudáveis e fortes para que obtivessem sucesso, além do que as crianças bem instruídas poderiam levar os conhecimentos de higiene para suas casas, o que se revelava um ciclo muito mais promissor para a medicina. Com isso, as escolas paraibanas, pouco a pouco, se tornaram laboratórios para tais orientações, que viam-nas como espaços capazes de regenerar, civilizar e adestrar a sociedade.

Essa manipulação, como descreveu Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (2018), é resultado da ação do poder disciplinar. Para ele, desde o século XVIII, em espaços como os hospitais, fábricas, quartéis e escolas, os corpos são submetidos, utilizados e aperfeiçoados, permitindo que deles se faça uma máquina minuciosamente moldada para atender às demandas. Para tanto, há uma série de atitudes que forçam os indivíduos a essa condição, como o trato especial do poder sobre os espaços, que precisa satisfazer não só a necessidade de vigiar comunicações consideradas perigosas, assim como também aquelas em que se mostrarem úteis. Nessa perspectiva, os prédios escolares devem servir desde seu planejamento mais rudimentar à disciplina de seus alunos. Daí emerge a necessidade

de dividir e compor os cômodos com rigor, para que cada objeto esteja a serviço da absoluta sujeição individual.

Sendo assim, para que se pudesse criar uma educação sanitária e estimular hábitos sadios que chegassem, inclusive, as casas e à sociedade como um todo, as escolas deveriam ser planejadas, sobretudo por serem as grandes responsáveis por desfazer vícios arraigados nas famílias por longas datas. Doravante, o espaço educativo seria pensado com eficiência para transmitir o máximo de saberes, mesmo com recursos escassos, como era o caso das escolas públicas. A proposta de educação para a higiene precisava ser incorporada já na concepção material, através de seus edifícios e arquitetura, de sua presença imponente sobre o solo, que necessitava, como todos os outros elementos, obedecer a uma série de critérios ditados pelos médicos. Desse modo, passaremos a considerar algumas das principais recomendações de médicos-higienistas como Flávio Maroja, Afrânio Peixoto², Carlos Sá³ e Antônio Almeida Júnior⁴, quanto à instalação de edifícios escolares nas primeiras décadas do século XX.

Para isso, utilizaremos um apanhado de falas desses personagens, feito por Soares Júnior (2019) em sua tese, no momento que procuravam uma comunicação mais direta com o tecido social que desejavam instruir, encontrando nos artigos veiculados pela imprensa, revistas ou livros autorais possibilidades para tanto. As orientações para a construção de prédios escolares se preocupavam em convocar os engenheiros a cuidar detalhadamente da materialidade, olhando especialmente para o lugar de instalação, porque a prioridade era de terrenos sadios e sem obstáculos à saúde e educação. A atenção com as minuciosidades territoriais e atmosféricas consta perfeitamente na seguinte orientação do médico Carlos Sá (1944, p. 216):

A escola deve localizar-se em ponto central relativamente a população que se deve servir, em rua tranquila, transversal a avenidas de fácil acesso, mas não muito próximas de cruzamentos de trânsito muito intenso; em centro de terreno seco, permeável de pequenas elevações sobre o nível da rua e dela afastada no mínimo quinze metros; cercadas de gramados, com algumas árvores copadas, sem vizinhanças barulhentas ou perigosas do ponto de vista da segurança física ou moral; com uma área mínima coberta de quinze metros quadrados.

O que primeiro nos chama atenção é o nível de detalhamento de sua proposta. A higiene foi um assunto intensamente discutido durante muito tempo e o acúmulo de orientações trouxe um enorme minucioso cuidado no trato com seus objetos de desejo. Oferecer uma determinada distância entre os componentes urbanos e escolares, quase como se quisessem delimitar um espaço simetricamente distribuído e destacado do restante da cena urbana, aqui vista como incongruente aos princípios sanitários, parece obedecer a essa ordem. A tentativa de destaque também denuncia a busca pelo equilíbrio, o “centro” por excelência. O prédio deveria ser localizado em pontos centrais, contornados pela exuberante natureza, protegidos, assim, das margens, de onde poderia irromper a desordem, a impureza e o adocimento capaz de condenar o esforço pela preservação dos sujeitos ao fracasso. Em outras palavras, o prédio precisava responder à ordem disciplinar, ao esquema do *Panóptico* detalhado por Foucault (2018), instrumento capaz de usar a arquitetura para aperfeiçoar o exercício do poder.

Segundo o autor, a arquitetura desempenha um importante papel na observação dos indivíduos. A essa composição de espaços que servem para agir sobre quem se abriga, provendo o controle sobre sua conduta, de modo que se possa conhecê-la e alterá-la conforme os interesses, a esse esquema disciplinar que faz uso das instalações para distribuir o poder, o autor chamou de *Panóptico*. Apropriando-se da figura arquitetural de Jeremy Bentham⁵, Foucault (2018, p. 192) entendeu o

Panóptico como esse espaço fechado e vigiado em todos os pontos, no qual os indivíduos são inseridos, os menores movimentos são controlados e o poder é exercido, constituindo um espaço em que a disciplina torna todos visíveis. Embora sugira que o modelo induza a um estado de consciência da vigilância, o autor reconhece que a arquitetura sozinha não consegue tornar a visibilidade constante, mas sim a rede de controle encerrada nela. Assim, não basta que o edifício esteja a dispor do controle, é preciso, antes, que as forças que operam a vigilância desempenhem seu papel. Era assim que nas escolas brasileiras do início do século XX, por exemplo, uma densa rede de olhares se utilizava das recomendações higiênicas para conduzir o exercício da disciplina, maneira simples e eficiente de torná-la quase invisível aos olhos de terceiros.

Nesse mote, sob a justificativa de tornar os ambientes saudáveis e higiênicos para as crianças, os edifícios escolares eram objeto de preocupação dos sanitaristas. Para o médico Almeida Júnior (1922, p. 49), por exemplo, a escola deveria preservar cores claras, espaços amplos, alegres, com janelas abertas para o ar e para o sol enquanto mantidas sempre a limpeza, polidez e lustrosidade. O também médico sanitarista Afrânio Peixoto (1925, p. 357) acrescentou que a porta central do edifício precisava ser ampla e o corredor principal não poderia ser inferior a 2 (dois) metros. As escadas externas ou internas também deveriam ser construídas de pedra ou cimento, com formação de degraus baixos (13 a 15 centímetros) e largos (30 a 35 centímetros), enquanto o corrimão deveria ser apenso à parede para auxiliar a subida e descida dos indivíduos. Ao lado disso, as paredes precisavam ser revestidas de cerâmica ou ao menos cobertas por pinturas ou óleo impermeáveis, ao passo que o piso fosse de cerâmica, ladrilho ou madeira, também impermeáveis. Todas essas indicações prometiam preservar a educação, disciplina e saúde nos estabelecimentos.

Novamente, depara-se com opiniões esmiuçadas que, hoje, nos parecem estranhas ao médico, afinal os conhecimentos sobre tipo e larguras ideais para a matéria usada na construção de edifícios é alçada de outros profissionais. Todavia, como dito anteriormente, existia um entendimento que um estado sanitário inapropriado requereria ação conjunta, além de que qualquer erro poderia não só comprometer todo o prédio, mas impedir que seu principal objetivo fosse alcançado: incutir a instrução necessária em cada parcela da vida das crianças. Para essa empreitada, tornava-se indispensável discipliná-las, de forma que incorporassem os preceitos higiênicos, mas também os promovessem em qualquer lugar que fossem, principalmente em suas casas. Assim, à instituição cabia modelar as mentes e os indivíduos desde a concepção arquitetônica institucional, procurando torná-los corpos dóceis e úteis ao adestramento.

Por outro lado, também é preciso destacar os principais equipamentos que, associados aos espaços, davam potência à educação para a saúde e higiene. O primeiro e talvez mais importante local fosse as próprias salas de aulas, cuja importância era ímpar. Além de seguir os elementos já apresentados, existiu uma preocupação com o mobiliário escolar. Peixoto (1925, p. 359-360) sugeriu que as carteiras escolares, por exemplo, necessitavam ser proporcionais à altura dos estudantes e bastante cômodas para não obrigar posições forçadas. Os bancos deveriam ter repouso de costas, bem como as mesas e papéis usados para escrita estarem a uma distância conveniente, pois qualquer movimento mais alongado poderia custar ao corpo uma “[...] deformação deplorável”. Aqui se evidencia o cuidado com postura, evitando que doenças como as da coluna ou oculares, fruto de esforços excessivos, se instalassem nas crianças.

Repartições como os banheiros também não escaparam às recomendações. Era importante que fossem pensados com “conforto higiênico normal, sem excessos dispendiosos, mas com asseio rigoroso”, como afirmou Flávio Maroja, em um artigo

publicado no jornal *A União*, em 22 de setembro de 1922. Além dos objetos gerais que mereciam atenção redobrada, graças à sua enorme capacidade de ajudar ou dificultar o cumprimento das normas higiênicas, como vasos sanitários e mictórios, mesmo para o papel higiênico existiram orientações de uso, uma vez que era preferível que fossem depositados no próprio vaso, suprindo a necessidade dos caixotes e cestas que, segundo o higienista, comumente emporcalhavam os gabinetes sanitários.

Ainda em termos de manutenção da limpeza, um outro elemento jamais poderia ser ignorado: o abastecimento e manuseio da água. Vista como um recurso essencial para a saúde, por outro lado, também era capaz de transmitir diversas doenças, tais como febres comuns à região que, com frequência, tomavam proporções inestimáveis, precisando, assim, que o líquido fosse incessantemente observado. Logo, “[...] beber água de caráter duvidoso era sinônimo de imprudência” (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 108) e cabia à escola conduzir um processo de esterilização do recurso indispensável para os sujeitos. O ideal seria que a água não possuísse cheiro, sabor ou odor, e qualquer outro estado era um convite para que a doença, degradação e até mesmo a morte se abatesse sobre todos.

Como foi possível perceber, mas compreendendo que os elementos apresentados não exaurem as recomendações, os médicos sanitaristas, ao conduzirem sua investida sobre as escolas, não pouparam esforços para torná-las eficazes no combate aos males causados pela falta de higiene. Além disso, a disciplinarização dependia de um local que transmitisse ensinamentos desde sua organização mais básica. No próximo tópico, observaremos de que modo a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba utilizou esses discursos assentados na higiene para tentar obter um prédio dito adequado às condições exigidas pela formação do marujo.

Os discursos sobre a higiene no interior da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba

[...] No vosso relatório impugnaes a mudança da Escola para Cabedello. Vou adduzir as razões que me levaram a propor tal mudança. Proximo a Cabedello, *face ao oceano* existe a praia chamada Ponta de Matto, lugar escolhido pela população rica da cidade e até de outros Estados para passarem a estação calmoza devido a seu *excellente clima e optimas condições hygienicas*, pois não possui os *alagadiços que existem em outras praias* [...] em lugar nao muito distante [...] *encontran-se água corrente*. Na cidade os *exercicios de natação* não podem ser feitos por não haver praia e serem as margens de mangues. Os *exercicios de escaler* dependem tambem de marés. Os exercicios de tiro não se encontram na cidade um local apropriado [...], ao passo que *na Ponta de Matto todos esses obstaculos não existiriam*. [LIVRO COPPIADOR DE OFFÍCIO, 1904-1908. Grifos nossos].

O escrito anterior foi retirado de um Relatório expedido à Inspetoria de Pessoal da Marinha de Guerra, pelo até então Tenente Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, o Sr. George Americano Freire, no dia 31 de dezembro de 1905. Como visto, o fragmento aborda a tentativa do Comandante de reverter a resistência da Marinha quanto à substituição do prédio alugado, no qual a escola assentava praça, por uma sede própria, em uma praia próxima ao município de Cabedello, cidade vizinha à Cidade da Parahyba. No entanto, o que nos importa é perceber o apelo da escola aos preceitos higiênicos, usados na situação para conduzir

solicitações e queixas que sensibilizassem o almirantado sobre a situação vivenciada naquele ambiente.

Ao decorrer de sua história, os problemas de higiene enfrentados foi um dos temas mais caros à unidade paraibana, bem como a necessidade de um edifício particular, que preenchesse as finalidades daquela educação. A Escola de Marinheiros da Paraíba, embora tenha sido fundada em 1871, não obteve uma sede própria de imediato, ocupando sempre prédios alugados cujos problemas geralmente afetavam a saúde dos alunos e, conseqüentemente, a formação que recebiam. As dificuldades vinham de diversas ordens, mas uma das mais difíceis de enfrentar foi a insalubridade, promovida em locais onde moléstias acometiam os aprendizes, por vezes, ceifando-lhes a vida. Essa condição forçou comando após comando a reiterar pedidos de mudança de sede por um edifício próprio que atendesse as exigências, sem abrir mão das normas de higiene moderna.

Ao que tudo indica, existiu nas reivindicações escolares o interesse de se conciliar demandas específicas da escola com as regras de higiene, que na Paraíba começavam a dominar a organização social já no início do século XX. Em 1905, ano de expedição do Relatório de onde foi extraído o fragmento visto anteriormente, o Serviço de Higiene Pública estava ativo na região, normatizando os espaços e buscando incutir na população os princípios de limpeza e profilaxia. Como consequência disso, os médicos-sanitaristas também passavam cada vez mais a se dedicar aos ambientes escolares, reconhecendo-os como “[...] o grande elixir da ordem, da disciplina, do dever, da educação” (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 63). Nesse sentido, é possível dizer que a Escola da Paraíba jamais deixou de lado a defesa da higiene, pois nasceu do interesse de se “varrer” das ruas a vadiagem, vícios e depravações. Isso explica a presença de um discurso alinhado à higiene, pois a saúde e moralidade eram elementos essenciais à vida do marinheiro.

Com isso em mente, podemos admitir que de nenhum modo seguir a higiene poderia ser um obstáculo para aquela escola que, apesar de oferecer instrução elementar, estava encarregada de formar marujos, possuindo, contudo, particularidades. A primeira delas, um tanto dissidente das recomendações vistas no tópico anterior, diz respeito à necessária proximidade com o mar. Diferente de terrenos centrais, longe de intempéries marítimas, a unidade reivindicava um edifício próximo ao oceano. Havia um consenso de que, desde cedo, os menores fossem alertados sobre as expertises do mar, aprendendo a lidar com “[...] os rumos das agulhas, fazer uso e reparos na artilharia, produzir costuras, alçar nós, coser e manusear aparelhos de navios” (SOARES JÚNIOR; LIMA, 2021a, p. 217). Contudo, o comando sabia dos perigos do litoral, geralmente foco de enormes contágios em dadas épocas. Assim, ocupar praias sem alagadiços, com trechos enxutos e que preservassem as instalações e saúde de seus internos era prioridade absoluta.

A escola também necessitava de recursos hídricos próximos a suas imediações, como bem recomendavam os higienistas, desde que se observasse com atenção a qualidade da água. No entanto, houve queixas do comando escolar sobre os rios que banhavam a costa paraibana, quase sempre impróprios para consumo humano e utilidades do dia a dia. O relatório expedido à Inspetoria da Marinha em 1911, por exemplo, trouxe à tona que passou a existir entre os internos “[...] casos de enterite com cólicas terríveis e rebeldes a toda medicação” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912), o que estava levando os menores à modesta enfermaria escolar. O comando, “[...] desconfiando d’água [fez] com o Pharmaceutico Antonio José Rabello [aplicasse] um pequeno exame, do qual [concluiu-se] ser ella [a água do rio Sanhauá] de péssima qualidade, pois alem do excesso em saes, continha muita materia organica” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1908-1912). Esse resultado

forçou a direção a gastar com instalações de um poço, catavento e construção de uma caixa-d'água, por se mostrarem as soluções possíveis para o momento.

Preservar a saúde também era um desafio quando as instalações estavam em ruínas e mal suportavam o contingente de alunos. Essa foi uma das constatações mais recorrentes nos relatórios escolares, o que incentivou pedidos por uma sede mais cômoda. Identificamos em 1885 a primeira solicitação de uma longa “peleja” em busca de um prédio em boas condições para a escola. Naquele ano, o recinto foi transferido do *Porto do Capim*⁶, local às margens do Rio Sanhauá e onde estava instalado desde sua criação, para o chamado *Convento de São Francisco*⁷, edifício no qual permaneceu até o ano de 1894. Segundo Thaís Santos (2020, p. 26), essa transferência ocorreu porque o Porto até então assentado se revelava um desaguadouro de insalubridades, problema que se pretendia superar com a mudança de prédio. Apesar de alguma melhoria da higiene no Convento, as queixas quanto a falta de proximidade com o mar se tornou frequente, o que justificou uma nova mudança em 1895. A transferência para a região do *Varadouro*⁸, um reduto conhecido devido a proximidade com o Porto do Capim, no entanto, não solucionou os problemas. O edifício localizado na praça das Gameleiras passou a ser descrito como insalubre, acanhado e distante do oceano. O comando, por sua vez, reforçou as reivindicações por uma sede definitiva, desejo concedido somente em 1907, quando foi dada a ordem para o início dessa obra.

Contudo, nem mesmo a instalação de uma sede própria foi capaz de cessar os problemas enfrentados pela escola. Ao contrário, as críticas se intensificaram quando a unidade teve que se mudar às pressas para o novo prédio, na Praia de Tambaú (SOARES JÚNIOR; LIMA, 2019a, p. 209), distante aproximadamente de sete a oito quilômetros do centro da Cidade da Parahyba (RODRIGUES, 1962, p. 149), no final de 1909. Apesar de supostamente preencher as finalidades a que se destinava, o edifício não tardou a apresentar sérios problemas, o que denunciava sua falta de planejamento. Com o passar dos meses, a estrutura adquiriu um aspecto adoecido, precário, com cômodos apertados que quase não absorviam o número de internos. A situação se tornava pior nos meses mais úmidos, quando enfermidades como o *impaludismo* e *varíola* chegavam a atingir uma média entre 60% e 90% dos indivíduos, dentre aprendizes e servidores (SOARES JÚNIOR; LIMA, 2021a, p. 212). Isso significava um adoecimento generalizado e, conseqüentemente, um enorme amontoado de pessoas em locais impróprios, incluindo na enfermaria.

Como sugerido, talvez um dos aspectos mais desalentadores da vida escolar tenha sido as emergências epidêmicas. Um diálogo que revela o tom desse problema data de fevereiro de 1911, quando o Capitão Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, o Sr. Alberto Rodrigues, expediu um relatório destinado à Inspetoria da Marinha. Nele, o comandante enfatizou que Tambaú se tratava de uma praia muito sujeita ao impaludismo, caso que se comprova quando, “[...] durante os mezes invernosos”, a doença minava “[...] toda a população praeira”, fato apreciável nas “[...] as estatísticas nosológicas, as quaes dão um total em trez annos, de cento e dezoito impaludados” (COPIADOR DE OFFÍCIO, 1911). Como visto, o Capitão se atentou a uma das principais doenças que acometeram os aprendizes naquela localidade. Como bem relata, o impaludismo aparece principalmente nos meses mais úmidos e chuvosos, chegando a atingir uma quantidade considerável de menores. Só naquele estabelecimento, identificou-se a ocorrência de cento e dezoito aprendizes empalados durante os três últimos anos, ou seja, 1908, 1909 e 1910, contando apenas aqueles que baixaram à enfermaria, o que reforça o adoecimento coletivo indicado por Soares Júnior e Lima (2021a).

Segundo o médico Erney Camargo (2003, p. 26-27), tal doença, que hoje é conhecida como malária, é causada por protozoários que se multiplicam nos glóbulos

vermelhos do sangue humano. As espécies causadoras dessa doença são quatro: *Plasmodium vivax*, *P. falciparum*, *P. malariae* e *P. ovale* e sua ocorrência está associada à presença e proliferação de mosquitos do gênero *Anopheles*. É relevante dizer que todos eles põem seus ovos em coleções d'água, mas alguns preferem águas paradas, outras limpas de fluxo lento, sujas ou de fluxo rápido. De modo geral, a doença apresenta sintomatologia típica e quase inconfundível, pois manifesta-se por episódios de calafrios, seguidos de febre alta que podem durar horas, dias ou semanas. Esses episódios são geralmente acompanhados por profundo mal-estar, náuseas e dores articulares. Por fim, o cientista recorda que só eventualmente se vem a óbito por impaludismo, mas caso o paciente não se trate corretamente, dois são os prováveis resultados: pode curar-se espontaneamente ou falecer por complicações renais, pulmonares e coma cerebral. Camargo aponta que no início do século XX, tal infecção estava presente na totalidade das capitais brasileiras, sendo endêmica a todo o país.

Além do impaludismo, uma outra doença bastante corriqueira na escola foi a varíola. Embora menos notificada, a enfermidade também se tornou alvo de relatos do comando, geralmente apresentada como um mal do inverno que levava à baixa dezenas de educandos. Isso pode ser observado em relatos de agosto de 1908, quando a unidade, ainda ocupando um prédio alugado, alegava a “[...] urgencia na prontificação do edificio [próprio] por se aproximar a época epidemica da varíola” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFÍCIO, 1908). Conforme o virologista Hermann Schatzmayr (2001), essa é uma enfermidade muito antiga, surgida na Índia e identificada pela primeira vez no Brasil em 1563, quando disseminou-se em Salvador e causou uma enorme mortandade, sobretudo entre os indígenas. É interessante saber que essa doença é efeito do vírus *Orthopoxvirus variolae*, que transmitido pelo contato com pessoas ou objetos infectados, causa sintomas semelhantes ao da gripe comum, incluindo febre, dor de cabeça, mal-estar e dores musculares, até que se espalhe pelo corpo, por meio do sistema linfático, e faça surgir manchas avermelhadas por toda parte. Atualmente, como fruto de intensas campanhas de vacinação, a varíola foi considerada erradicada do mundo pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas no início do século XX ainda era recorrente.

Por fim, salientamos que a enfermaria foi um local especial para a escola, visto sua função essencial: amparar os enfermos. Em um período em que o serviço de saúde pública somente engatinha e quase todos os encaminhamentos a hospitais particulares careciam de altos custos, a presença do cômodo nas escolas de marinheiros era vista como essencial. Por esse motivo, houve permanente solicitação por materiais para equipá-la, na tentativa de torná-la funcional contra emergências como a observada em junho de 1907. No Offício de 31 de maio daquele ano, endereçado ao Ministro da Marinha, o Capitão de Corveta da unidade, o Sr. Francisco Agostinho de Mello, remetendo-se ao Offício nº 1044, de 30 de abril, enviado ao mesmo Ministro, recordou os episódios de terror vividos na repartição. Segundo ele, as “[...] condições sanitarias e em consequencia de ser manifestado a variola na Escola, com intensidade [...] e diante da dolorosa necessidade de serem medicados dentro do proprio edificio”, pois não existia “[...] contracto com os hospitaes da cidade [...] [e] sendo impossivel organizar com os recursos propios, uma enfermaria de izolamento, resolvi abandonar o quartel aos enfermos e acampar os outros aprendizes em local conveniente” de forma que “[...] se mantivesse na mair incommunicabilidade possivel.” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1907). Essa calamidade marca, portanto, a resiliência da instituição frente as mais numerosas dificuldades enfrentadas para se preservar a higiene e saúde de seus aprendizes.

Considerações finais

Ao fim dessa pesquisa, foi possível constatar que o comando da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba se apoiou nos preceitos higiênicos para conduzir reivindicações e queixas, pondo em confronto o ideal e a dura realidade sanitária a qual a instituição se encontrou por diversas vezes ao longo de sua história, na tentativa de obter soluções para seus problemas.

No primeiro tópico, foi visto que os médicos sanitaristas, ao conduzirem suas recomendações, não pouparam esforços para tornarem as escolas eficazes no combate aos maus hábitos e falta de higiene. Além disso, a disciplinarização dependia de um espaço que transmitisse ensinamentos desde sua organização mais básica. Assim, planos que incluíam a localização, condições atmosféricas e estruturais do lugar onde as instituições se assentariam, por exemplo, foram frequentemente racionalizados, com vistas a assegurar a salubridade institucional.

No segundo tópico, vimos que a Escola de Marinheiros paraibana buscou se apropriar dos discursos higiênicos em suas reivindicações para obter benefícios. Essas requisições eram feitas junto às autoridades responsáveis por sua manutenção, afinal seriam elas as capazes de liberar recursos para suas necessidades mais urgentes. Com isso, a importância de se preservar a saúde dos internos apareceu fortemente atrelada ao plano de se obter uma sede que obedecesse aos princípios já ditados pelos sanitaristas, pois se acreditava que novos transtornos seriam evitados.

Por último, compreendemos que o assunto não se exauriu. É um consenso que esses discursos buscaram disciplinar toda a sociedade, logo é plenamente possível observar sua incorporação não só nas estruturas, mas nos corpos e atitudes humanas. O mesmo pode ser feito, futuramente, em relação aos alunos da Escola da Paraíba ou de qualquer outra instituição. Deixo essa provocação para que mais pesquisadores se inspirem e busquem contribuir com essa historiografia ainda tão tímida, mas relevante para a história da educação brasileira e paraibana.

Referências

- Almeida Júnior, A. (1922). *O saneamento pela educação*. São Paulo: Faculdade de Medicina de São Paulo.
- Camargo, E. P. (2003). Malária, maleita, paludismo. *Ciência e cultura*, 55, n. 1, 26-29.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2018). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Gondra, J. (2011). Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, Luciano M.; LOPES, Eliane M. T; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Livro de Copiador de Ofício. (1904-1907). Arquivo da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro.
- Livro de Copiador de Ofício. (1908-1912). Arquivo da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro.
- Peixoto, A. (1925). *Noções de higiene*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Rodrigues, W. (1962). *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Brasiliense.

Sá. C. (1944). Higiene e educação da saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

Santos, T. L. (2020). *A Escola Aprendizizes de Marinheiros da Paraíba: Fabricando o corpo-máquina para a salvação da criança desvalida (1895-1911)*. [Dissertação de Mestrado em História]. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.

Schatzmayr, H. G. (2001). A varíola, uma antiga inimiga. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, nov-dez, 1525-1530.

Soares Júnior, A. (2019). *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*. São Paulo: e-Manuscrito.

Soares Júnior, A. S.; LIMA, L. F. S. (2021a). A Escola de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba e os discursos educativos sobre um prédio que já nasceu morto. *Temas em Educação*, 30, 205-224.

Notas

1 Foi um importante médico-sanitarista, político e escritor, nascido na atual região de Alagoas. Atuou como chefe de saúde na Paraíba entre os séculos XIX e XX, além de exercer diversos outros ofícios durante sua vida.

2 Foi um escritor, médico legista e professor brasileiro. Em 1897, formou-se em Medicina na Universidade de Salvador, onde atuou como Professor de Medicina Pública durante grande parte da vida. Ainda foi membro de diversas instituições e publicou livros em diversas áreas, inclusive de saúde.

3 Foi um famoso médico e professor brasileiro. Diplomou-se médico em 1910 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo convidado, em 1911, para organizar o Corpo de Saúde da Força Pública de Minas Gerais, e em 1917 foi empossado como Professor da Cadeira de Clínica Obstétrica e Ginecológica da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Dedicou a vida ao ofício, publicando textos na área de saúde.

4 Foi um médico-higienista brasileiro, graduado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Durante a vida exerceu o ofício em diversas instituições, além de proferir conferências, escrever livros, artigos e pareceres não só no campo da Medicina Legal, mas da Medicina Social, Educação, Higiene, etc.

5 De forma breve, é atribuída a Bentham (1748-1832) a idealização do *Panopticon*, um modelo estrutural que seria capaz de ser aplicado às mais diversas instituições, a saber as escolas, prisões, hospícios e hospitais, como forma de otimização da vigilância e economia para a realização de tal função.

6 Conforme Santos (2020, p. 24), o Porto do Capim era o principal portão de entrada da Cidade da Parahyba quando Porto de Cabedelo ainda não existia. Localizado à beira do Rio Sanhauá, era responsável pelo escoamento de grande parte da produção local. Foi também um local de comércio, onde acordos e negócios comerciais da cidade eram celebrados.

7 De acordo com Santos (2020, p. 27), inicialmente denominado de Convento de Santo Antônio e só mais tarde de Convento de São Francisco, foi construído em 1589 pelos frades franciscanos. Em 1634, esteve sob controle das tropas invasoras holandesas. Após a expulsão desses, os frades retomaram o convento e começaram suas obras de recuperação e ampliação. Os frades franciscanos permaneceram neste local por três séculos evangelizando a população paraibana. De 1885 a 1894, a ordem passou a dividir espaço com a Escola de Aprendizizes Marinheiros e com o Hospital Militar.

8 Segundo Soares Júnior (2019), era a partir do Varadouro que se tomava destino para qualquer lugar da cidade da Parahyba. O bairro fez parte da formação da cidade, estando localizado na Cidade Alta, onde no período colonial e imperial se instalaram prédios públicos, igrejas e casas de morada familiar. Sendo assim, acabou se tornando um espaço de grande circulação de pessoas e que resguardou a Escola de Aprendizizes Marinheiros entre 1895 até 1907, aproximadamente.